

BNDES corta spreads de risco e planeja vender R\$ 10 bi da carteira de ações

Por Francisco Góes | Do Rio

Em cenário de juros baixos, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou ontem nova rodada de corte em seus spreads. Desta vez, a redução é nos spreads de risco, que cobrem eventuais perdas do banco por inadimplência dos clientes. "O banco tem tido preocupação de reduzir seus custos", disse o presidente do BNDES, Dyogo de Oliveira, em um encontro com jornalistas ontem pela manhã, do qual participaram cinco diretores da instituição de fomento.

Dyogo afirmou ainda que a BNDESPar, braço de participações acionárias do banco, deve vender um montante superior a R\$ 10 bilhões em ações este ano. Esse valor não considera os valores recebidos pela BNDESPar este ano na transação Fibria - Suzano, no total de R\$ 8,5 bilhões. Ele não deu detalhes sobre quais empresas da carteira poderão ter participações acionárias vendidas no mercado, mas a estratégia é se desfazer de empresas que, na visão do banco, estão mais "maduras" em sua carteira.

O banco passará também a atuar de forma mais "proativa" na elaboração de projetos de infraestrutura, segmento em que o

banco tem carteira potencial de R\$ 54 bilhões para este ano. O presidente do BNDES disse que o spread de risco para as operações de crédito diretas será reduzido em percentuais que vão de 25% a 50%, dependendo do rating da empresa no banco.

Nas operações indiretas, via agentes financeiros, a taxa de intermediação financeira cobrada pelo banco cai de 0,23% ao ano para 0,15% ao ano, disse Dyogo. Ele também anunciou que no caso das operações com fiança bancária a taxa de intermediação financeira é reduzida de 0,4% ao ano para 0,25% ao ano. As reduções nos spreads de risco seriam aprovadas ontem pela diretoria do BNDES.

Dyogo informou que queda nos spreads de risco do banco reflete uma melhoria nos níveis de inadimplência na economia. A redução dos spreads de risco também se relaciona com a tentativa do banco de se tornar mais competitivo, segundo reconheceu Dyogo. "O BNDES busca ser mais eficiente, ter custo mais baixo e oferecer uma taxa final para o cliente também mais competitiva", afirmou. O custo das linhas do banco é formado pela taxa básica (Taxa de Longo Prazo), mais o spread básico, que já foi reduzido este ano, mais o spread de risco.

O tamanho da redução dos

spreads de risco dependerá da classificação de risco das empresas no BNDES. Quanto melhor a nota de crédito, menor o custo, e vice-versa. Dyogo avaliou, porém que trata-se de uma redução "expressiva" dos spreads de risco do banco.

Segundo o presidente do BNDES, a decisão de reduzir os spreads de risco resulta de uma revisão das metodologias de análise de risco e crédito. "A principal mudança aqui é na incorporação da probabilidade de recuperação do crédito", afirmou. Na visão de fontes no mercado, em um cenário de redução de juros, o BNDES ainda tinha "gordura" para cortar no que se refere aos spreads de risco. "Antes o BNDES tinha uma folga [spreads maiores], mas hoje o mercado de crédito é mais competitivo, então o BNDES é obrigado a se ajustar", disse uma fonte do mercado financeiro.

Com relação ao apoio à área de infraestrutura, Dyogo disse que o diagnóstico, segundo ele, é que faltam projetos de engenharia para desenvolver bons projetos de infraestrutura no Brasil. O que acontece muitas vezes no BNDES, segundo Dyogo, é que um empreendimento é apresentado para ser financiado, mas o projeto de engenharia não está suficientemente maduro, o que leva a uma demora maior na tramitação dentro do BNDES.





"Estruturar projetos é uma 'facility' que o banco vai oferecer, hoje não tem ninguém oferecendo este tipo de serviço [no governo]." Uma vez que a União, Estados e municípios definam projetos prioritários, o banco vai se oferecer para atuar e transformar uma ideia em projeto. De acordo com ele, o banco vai fazer os estudos, elaborar a parte financeira. Já parte de engenharia, e jurídica, o banco poderá contratar terceiros para auxiliá-lo.

Informou ainda que a proposta é ter conhecimento dos projetos, o que resultará em maior rapidez na tramitação dentro do banco. Segundo Dyogo, haverá mais qualidade nos projetos e agilidade na aprovação. "O Brasil precisa de projetos de qualidade para financiar. O banco quer ter projeto para financiar, então faz sentido desenvolver os projetos que quer financiar, conhecer melhor e financiar com mais segurança", avaliou.

Quatro empresas estrangeiras têm interesse em Viracopos, diz BNDES

Negociação seria alternativa para consórcio, que pediu recuperação judicial

DANIELLE NOGUEIRA

O presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, disse ontem que o banco já se reuniu com quatro empresas, europeias e asiáticas, interessadas no aeroporto de Viracopos. A ideia é que elas assumam parte ou a integralidade das ações dos investidores privados da concessionária Aeroportos Brasil, que pediu recuperação judicial no último domingo. Os dois sócios privados nacionais da concessionária, UTC e Triunfo, enfrentam graves dificuldades financeiras e não conseguiram pagar as outorgas de 2016 e 2017. No ano passado, entraram com pedido de recuperação judicial e extrajudicial, respectivamente. O BNDES é o principal credor do aeroporto, com R\$ 2,6 bilhões da dívida total de R\$ 2,88 bilhões. Segundo Dyogo, 70% dos R\$ 2,6 bilhões devidos — que incluem crédito e debêntures (títulos da dívida) — estão provisionados no balanço financeiro. Ou seja, o BNDES já reservou uma quantia de dinheiro para uma eventual perda. Mas ainda há dúvidas quanto aos detalhes do processo de recuperação, segundo o presidente do banco:

— Estivemos com empresas estrangeiras, entre europeias e asiáticas. Temos muitas dúvidas ainda, como se os créditos das outorgas entram ou não. Isso faz diferença na negociação com o investidor. De acordo com uma fonte a par do processo de recuperação, as outorgas foram incluídas, mas lançadas como valores “ilíquidos”, pois não está claro qual o montante devido à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), uma vez que há uma série de questionamentos. Viracopos não pagou a parcela variável da outorga de 2016 nem a fixa da outorga de 2017, o que soma R\$ 195 milhões além de multa. Mas a concessionária alega que há desequilíbrios financeiros ainda pendentes de decisão que somam mais de R\$ 3 bilhões. Por isso, não haveria como determinar o valor exato devido. Essas pendências vão desde a compra de um carro de combate a incêndio pela concessionária que não estava previsto em contrato até a obrigação da Anac de desapropriar áreas no entorno do aeroporto que seriam exploradas comercialmente pela administradora do terminal. A agência desapropriou só 12% do previsto, segundo a empresa.

**BANCO BARATEIA
EMPRÉSTIMO**

Com os desembolsos em queda,

o BNDES decidiu baratear o custo dos empréstimos pela segunda vez no ano. Desta vez, o banco vai reduzir o chamado spread de risco, que cobre as perdas de eventuais inadimplências. Nas operações diretas (aquelas acima de R\$ 20 milhões e que não têm intermediação de agentes financeiros), o spread de risco será reduzido entre 25% e 50%. Nas indiretas, quando há intermediação de agente financeiro, o spread de risco cairá de 0,23% ao ano para 0,15% ao ano.

Opinião | PARTE DO PROBLEMA

O PEDIDO de recuperação judicial do concessionário do aeroporto de Viracopos é parte do jogo. Mas são tantas as dificuldades no setor — devido à crise econômica e até ao não cumprimento de compromissos pelo Estado — que é preciso negociar uma saída que preserve a gestão privada de terminais, cujos resultados são positivos para os usuários.

O INACEITÁVEL é imaginar que a Infraero volte a ter algum papel de peso nos aeroportos já concedidos. Ela, inclusive, é parte do problema, pelo fato de os governos terem-na preservado, por interesses fisiológicos.

Não à privatização escandalosa da Eletrobras

LINDBERGH FARIAS

O plano econômico do golpe, que atende pelo nome fantasia "A ponte para o futuro", fracassou.

O governo mentiu. Por isso, cai pelas tabelas no quesito popularidade. O ex-ministro e presidenciável Henrique Meirelles, por exemplo, mentiu ao dizer que a reforma trabalhista geraria dez milhões de empregos.

Passados seis meses de vigência da reforma, o desemprego alcançou 13,1% no primeiro trimestre do ano —astronômicos 13,7 milhões de brasileiros desempregados.

Mesmo considerando a sazonalidade do período, os dados revelam a incapacidade de a economia reagir e gerar emprego.

Não há retomada consistente da economia, que caiu num perigoso estágio de estagnação. Do fundo do poço não vai sair devido ao fracasso do governo golpista em inaugurar um ciclo de crescimento.

O governo Temer desmontou mecanismos de política anticíclica de saída da crise. Para o país voltar a crescer e reduzir desigualdades, é necessária a revogação do teto de

gastos. O arrocho fiscal, fortíssimo este ano, será ampliado em 2019.

Segundo dados do PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias), investimentos e custeio do Estado representarão 3,09% do PIB em 2019, pior desempenho desde 1997.

É hora de mudar a política econômica. Até os escribas do governo jogaram a toalha e reconhecem que não virá a "retomada" do crescimento. Mas os ratos não abandonaram o navio. A jogatina da hora é a privatização da Eletrobras. Esta seria a mais escandalosa privatização de todos os tempos.

O então presidente Lula retirou a Eletrobras do PND (Programa Nacional de Desestatização) em 2004. Temer pretende reincluir a privatização na agenda, tendo editado decreto inconstitucional, pois incluiu a Eletrobras no PND, mesmo sem aprovação do PL de privatização pelo Congresso Nacional.

Há uma expectativa de arrecadação de R\$ 12 bilhões, em função da previsão de que a empresa

poderá retirar 14GW do regime de cotas, vendendo energia a um custo até cinco vezes maior.

O valor arrecadado será irrisório, ante estimativa de R\$ 370 bilhões para o parque gerador da Eletrobras e os custos para o consumidor. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) prevê que as tarifas poderão subir até 16,7% com a descotização.

Pesquisa na Inglaterra, publicada no jornal The Guardian, constata que 83% da população são favoráveis à nacionalização da água e 77% da eletricidade. Nos principais países do mundo, as usinas hidrelétricas são controladas pelo Estado (por exemplo, China, França, Noruega, EUA, Canadá).

O PND completou 21 anos. Um balanço sério demonstra que as privatizações foram um grande desastre de destruição não criativa. Deu-se uma mera transferência de patrimônio público para o setor privado.

Entre a década de 1990 e 2002, o Estado vendeu grande parte de seu patrimônio, mas a dívida líquida do setor público dobrou, subindo de 30% do PIB em 1994 para 60% do





PIB em 2002.

As estatais privatizadas se mostraram ambientalmente predatórias. O mais trágico emblema foi o desastre ambiental do rio Doce pelos rejeitos de minério da Samarco (joint venture controlada pela Vale e BHP Billiton).

Não há dados que atestem a relação entre privatização e redução de preços. A Celg-D, distribuidora de energia elétrica em Goiás, foi privatizada em 2017 e, na sequência, houve reajuste de quase 16% na tarifa residencial, para uma inflação menor do que 3%.

Diante do modelo apresentado pelo governo, uma Eletrobras privatizada, seguramente, acarretará aumento de tarifa. Por tudo isso, parlamentares devem cerrar fileiras com os interesses populares, dizendo não à privatização da Eletrobras.

Lindbergh Farias

Senador (PT-RJ) desde 2011, foi deputado federal (1995-2004) e prefeito de Nova Iguaçu (2005-2010)

Pulso ainda pulsa Num gesto que alivia ao menos parte da pressão sobre Michel Temer e ajuda o governo a fechar as contas de 2018, o presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, antecipou o cronograma de pagamento dos R\$ 100 bilhões pegos pelo banco em empréstimos com o Tesouro. A decisão foi tomada em reunião com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, na segunda (7). A expectativa era de que o dinheiro só saísse no fim deste ano. Os recursos são vitais para o cumprimento da chamada regra de ouro.

Suaves parcelas O BNDES se comprometeu a entregar todo o montante em duas parcelas: a primeira já no mês que vem, junho, e a segunda em julho. Em março, o banco havia devolvido aos cofres da União R\$ 30 bilhões, do total de R\$ 130 bilhões.

Boa hora Sem o dinheiro do BNDES, Temer poderia incorrer em crime de responsabilidade, quebrando a norma que proíbe a contratação de empréstimos para o pagamento de despesas correntes, como salários de servidores.